

1 MAR 1968 19 MAR 1968 ANC p 2 JORNAL DE BRASIL

Autonomia conquistada

A aprovação, pela Constituinte, de plena autonomia para o Distrito Federal é fato da maior importância não só para a população da capital da República como também para a democracia no Brasil. Venceu a concepção de que os cidadãos são responsáveis e que aqueles que vivem na capital não podem ser civicamente penalizados por este fato.

A ampla margem de votos com que a deliberação foi adotada é uma evidência de que aqueles que lutavam pela autonomia e pareciam minoritários no início da campanha, fizeram um bom trabalho em prol de uma justa tese. Venceram resistências.

Inicialmente, muitos se opunham à autonomia sob o pretexto de que na capital da República o Governo deveria ser sempre do mesmo partido que controlasse o poder central. Achavam que a possibilidade de um Governo de partido adversário daquele a que pertencesse o presidente da República poderia ser fonte de conflitos e de tensões. Nada mais falso, pois esta tese ignora o funcionamento do regime federativo e pressupõe que os

políticos são irresponsáveis em seu comportamento.

Vivemos um sistema federativo em que nunca se pode conceber um Governo estadual, de qualquer Estado que seja, como de oposição ao Governo central. É claro que a Constituição estabelece as competências dos diferentes executivos e simultaneamente dita as responsabilidades dos mesmos. Um governador ou um prefeito pode perfeitamente ser de um partido opositor ao poder central ou estadual, mas nunca o Governo que dirige. O mínimo que se pede aos homens públicos é a honestidade e a responsabilidade no exercício de suas funções.

Na realidade, a resistência à autonomia do Distrito Federal decorria muito mais da vontade dos detentores do poder central em dispor da máquina administrativa local para contemplar seus partidários — em geral pessoas sem prestígio popular e incapazes de disputar os votos dos cidadãos a que eram chamados a governar. É basicamente isto que não mais ocorrerá no DF.

Saudar com entusiasmo a autonomia conquistada não im-

plica, porém, em negar a responsabilidade que doravante recairá sobre os partidos, os homens públicos e os cidadãos da capital.

Brasília é uma cidade jovem, mas ela representa um verdadeiro microcosmo: da realidade brasileira, com todas as potencialidades e todos os problemas que o País vive. Fazer face a estes problemas passou a ser fundamentalmente um dever do cidadão da capital.

Se quisermos ter uma posição de destaque na vida política da Nova República é imprescindível que sejamos capazes de realizar nosso papel de forma exemplar. A demagogia e o populismo têm de ser banidos. A responsabilidade e o estudo aprofundado das questões e dos problemas do DF são obrigações dos partidos e das demais instituições políticas aqui existentes.

Ainda não foi fixada a data do primeiro pleito local, mas o princípio já foi adotado e já é momento de mobilização das forças vivas do Distrito Federal para o encaminhamento de uma vida política democrática e exemplar.